

## POR UMA GEOGRAFIA DO LAZER: NOTAS SOBRE A PRÁTICA ESPACIAL DOS ENCONTROS

LUIS HENRIQUE FERREIRA DIAS<sup>1</sup>; GIOVANA MENDES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – l.enrique@r7.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – geoliveira.ufpel@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Para além de discutir sobre a prática do lazer no contexto espacial da cidade, a pretensão que ora impõe e sustenta a redação do artigo é problematizar o encontro social entre diferentes grupos de atores como campo aberto a um poder que articula e fragmenta os espaços públicos urbanos através dos modos de agir manifestados e reconhecidos por aqueles que protagonizam uma atividade lúdica.

O objetivo central consiste em fundamentar uma perspectiva teórica sob a qual a prática social do lazer possa ser afrontada como fator que dinamiza o território da cidade articulando o tempo e o espaço; assim, não se apresenta um estudo de caso respaldado na contraditória e sempre refutável materialidade do *real*, mas um ensaio cujo estilo lacônico pode afiançar sem absolver as lacunas deixadas quem sabe no atrevimento da reflexão.

Explorar este universo temático se justifica no entendimento de que a geografia tem a dizer sobre uma atividade humana que entrelaça as dimensões física e social no cotidiano da cidade. E por ser a geografia uma ciência que se ocupa em explicar os espaços da sociedade, as vicissitudes do encontro se fazem objeto de interesse em virtude dos desdobramentos espaciais que podem traduzir.

Diante do exposto, buscar-se-á firmar um acordo filosófico entre as categorias do espaço público, do tempo livre e da cidade tendo na ditadura do capital o pano de fundo que tanto envolve como é tencionado pela manifestação do lazer. Espera-se, pois, evidenciar a trilogia tempo-espaço-território, a qual Saquet (2013) aludira como sendo uma “orientação inicial para uma pesquisa da ciência geográfica”.

E buscando orientar as ideias a partir de um princípio possível, há de se dizer que em público a naturalidade individual é refém das regras de convívio maculadas pela sociedade capitalista; esse dado guia o encontro pela bússola de uma estética regulada pelo suposto obrigatório da posse do dinheiro, a qual pode ser aferida mais pela aparência pessoal em público que pela peremptória condição do presente, pois no espaço público o ato individual é imediatamente condenado ao fato social. Mas tudo sem olvidar que no trato dos assuntos sociais, termos como verdade ou mentira podem expressar não mais que vaticínios superficiais.

De ciência certa, o lazer conclama a proximidade física entre as pessoas, mas sem subverter as diferenças que marcam as oportunidades de uso da cidade, pois o capital continua opressivo e a sociedade pautada pelas desigualdades entre classes. Desse modo, esses escritos integram o temário da geografia urbana, em especial no contexto do Brasil onde distorções econômicas perpetuam injustiças sociais mesmo no espaço socialmente percebido como público. E então, se houver pertinência entre as ideias e os conceitos confrontados, ao final espera-se obter uma proposição que guarde reciprocidade com múltiplas situações e espaços devido à centralidade do elemento humano na concepção desta proposta.

## 2. POR UMA GEOGRAFIA DO LAZER

Problematizar a prática espacial dos encontros demanda um esforço que deve nortear-se pela concretude do espaço público, mas sem perder de vista as práticas e dinâmicas sociais que se desenvolvem sobre o espaço e dentro de certos limites de tempo. Os aspectos formais e estruturais do espaço concreto se articulam a diversos níveis de satisfação das pessoas, demonstrando que na análise do espaço público a forma e o conteúdo estão imiscuídos, de modo que o lazer pode consubstanciar uma fragmentação espacial pela ação de diferentes grupos de atores sobre determinada área de uso comum.

Para Santos (2008), “tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma é capaz de influenciar, de volta, sobre o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social”. Depreende-se, pois, que a materialidade do espaço não constitui um palco passivo para a atuação social, mas pode instituir o esquema territorial das ações desenvolvidas sobre esse espaço durante a duração do encontro em público.

Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. (SANTOS, 2008, p.126)

Pelo exposto, é possível avaliar uma preocupação em torno do caráter ativo da materialidade do espaço sobre o movimento social. Pensando o espaço enquanto condição qualificadora da história, o autor estabelece que o mesmo exerça um papel central sobre a vida diária, pois o cotidiano é o recinto da verdade histórica; talvez se a história de uma cidade pudesse ser submetida às lentes de algum microscópio, se deparasse o observador com o cotidiano urbano e toda a diversidade de teores das práticas sociais que ele expressa. De outra parte, a força do simbólico é distinguida como uma referência social, o que parece referendar a efetivação de sentidos sobre os espaços *reais*; e também por isso, o movimento mais amplo da sociedade viria a acontecer de modo objetivo, como “um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização”. (*idem*, 125)

Diante disso, entende-se que os processos de apropriação do espaço tendem a construir territórios a partir da conciliação de atributos objetivos e subjetivos; o que sinaliza para os aspectos simbólicos da territorialidade. E a prática do lazer, por seu turno, parece denotar condições mais gerais que imprimem os contornos territoriais sobre o espaço público, pois pressupõe a presença humana em determinado espaço e durante um período de tempo mais ou menos reconhecido e obedecido por todos que promovem o encontro social.

Segundo Saquet (2013), “a multidimensionalidade das relações sociais” tem o poder para “condicionar e constituir os territórios”, pois a sociedade em movimento carrega as “relações de força que condicionam e constituem os territórios”. (p.124). E prossegue o autor, “há múltiplas territorialidades em nossa vida cotidiana” (p.159), as quais se equiparam a ações espacializadas no cotidiano, notadamente na cidade. Neste estudo, a relação social enfocada é o lazer. O perfil do poder que se persegue estaria subentendido na multidimensionalidade do provável atrito de classes oriundo da exposição mútua de diferentes grupos sociais.

Postula-se que o encontro entre distintos grupos sociais sobre o espaço público pode suscitar um tipo de poder simbólico que se manifesta durante a realização do encontro. Esse viés se coaduna à proposta de Foucault (1988), a qual considera que as relações humanas se estabelecem sempre como relações de poder advindas do jogo das influências recíprocas que podem ser discernidas no espaço-tempo de uma prática social.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

Para o autor, o poder é exercido sob a cumplicidade dos que estão envolvidos em uma determinada situação de proximidade física tendente a gerar potenciais de poder por uma espontânea cooperação das pessoas. Assim, as diferenças de classe podem gerar influências recíprocas entre diferentes grupos sociais geograficamente aproximados pelo espaço público.

Nesse contexto, o encontro assegura mais impedimentos que possibilidades de interação social entre os diversos grupos de atores que exercem o lazer sobre um espaço de uso comum; isso referenda um mecanismo no qual, segundo Foucault (2014, p. 215), “o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge os seus corpos, vindo se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem e sua vida cotidiana”.

Onde sua intenção – se é que há intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas; o poder revelaria a sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais. Portanto, não perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é a sua estratégia global, mas como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc. (FOUCAULT, 2014, p. 283)

De certa maneira, ao dizer que o poder se exerce sobre um alvo ou campo de atuação, Foucault reconhece a espacialidade do poder, a partir da qual ele pode ser implantado e produzir efeitos reais sobre a vida das pessoas. E na dinâmica urbana, o espaço público conceberia um provável objeto atuado sob as mais diversas formas de poder; neste contexto, a manifestação social do lazer poderá se dispersar sobre o espaço de maneira não aleatória, mas modelada territorialmente por imposições de cunho simbólico gerando impunemente um efeito de classe.

Defende-se a ideia de que a prática espacial do encontro assenta-se em uma lógica de grupos; ou seja, os diferentes segmentos sociais que adentram os espaços públicos expõem repertórios próprios fundados essencialmente nas desigualdades econômico-culturais onde se reproduzem as diferenças da sociedade capitalista. Em virtude disso, e entendendo o território como a projeção espacial do poder, é preciso como Raffestin (1993) admitir “o outro como não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que ali se inserem”. E mesmo sem estar ligado apenas à materialidade, o poder também é forjado na condição empírica do espaço, considerando que os atributos geográficos tangíveis são atrativos sociais; por outro lado, as influências recíprocas não são necessariamente boas ou ruins, mas revelam o permanente jogo espacial dos cidadãos.

### 3. NOTAS FINAIS

Este texto dissertou sobre a prática do lazer como uma relação social que pode determinar a configuração de territórios durante o tempo de prevalência do encontro; assim, o espaço público representa o substrato espacial material que lhe dá suporte e referência, podendo inclusive ser um fator de condicionamento da ação. E de fato, uma projeção espacial dos efeitos de classe é em si algo intangível e condicionado mais pelo jogo espacial dos diferentes grupos sociais que pelo espaço concreto, pois o poder dos estigmas sociais em público instaura relações conflituosas e superficiais que podem culminar na expressão espacial das territorialidades.

Em virtude disso, a territorialidade não é absoluta. Os grupos sociais exercem controle entre si, mas numa mútua (re) ação capaz de disciplinar o movimento social durante os limites temporais do encontro. Todavia, certas distinções que aludem aos imperativos do capital parecem hierarquizar o ato do lazer, e mesmo que não ergam paredes cegas entre os participantes, talvez possam turvar o horizonte de uma plena interação social.

As manifestações das atividades lúdicas na cidade abarcam as circunstâncias que determinam as territorialidades. O lazer projeta sobre determinados espaços as expectativas das pessoas que perduram num tempo pautado pelo ritmo do encontro, mas isso não significa que todas as formas de lazer sejam idênticas, pois os motivos individuais e as características de cada espaço criam a diversidade.

Nessa proposta, as assimetrias de classe conclamam a diferenciação social se inseridas numa prática definida no mesmo espaço e tempo de usos. É como cada relação é poder, em uma sociedade de múltiplas e complexas relações, é possível pensar no entrechoque social da exposição de estilos e padrões de vida como uma troca comunicativa em potencial, a qual tem no espaço público a forma-conteúdo perenes para tal perspectiva. Em determinada medida, os afastamentos sociais se tornam meios e fins de um agir comunicacional; entretanto, os imperativos de classe soam como códigos descontínuos.

Sendo assim, compartilhar de um espaço não significa neutralizar o imbricado cortejo das desigualdades que permeiam a cidade capitalista; nesses termos, o lazer é uma prática espacial que pauta desejos e regulamenta ações, podendo funcionar como alternativa para que o indivíduo obtenha uma existência afim ao momentâneo estado das coisas no tempo presente.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

———. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.